

A pedagogia que emerge da luta política do MST

The pedagogy that emerges of the political fight of MST

Allene Carvalho Lage^{1 2}

Resumo

Partindo de um processo de luta para conquista da terra de um assentamento do MST e da construção de sua territorialidade procuraremos compreender neste artigo, o modo como esta luta contribuiu para a formação de novos sujeitos políticos. A estrutura analítica está ancorada na categoria sociológica fronteiras/margens e no quadro teórico Sociologia das Ausências de Boaventura de Sousa Santos, que permite visibilizar, com maior riqueza sociológica as experiências de lutas por emancipação social. As nossas conclusões apontam para processos pedagógicos intensos que dão conta da construção de subjetividades rebeldes que transformam quotidianos de exclusão em quotidianos de emancipação.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Pedagogia. MST

Abstract

Leaving of a fight process for conquest of the land of in an establishment of MST and of the construction of its territoriality we will try to understand this paper, the way as this fight contributed to the formation of new political subjects. Working with the bordering sociological categories/edges and the theoretical picture of the Sociology of the Absences of Boaventura de Sousa Santos, that it allows show, with larger sociological wealth the experiences of fights for social emancipation, we intended to create analytical conditions to understand pedagogic processes that give construction of rebellious subjectivities wich transform daily of exclusion in daily of fight and emancipation.

Keywords: Social movements. Pedagogy. MST.

1 Professora Adjunta da Universidade Federal de Pernambuco. Doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Coordenadora de Extensão do Campus Agreste e Coordenadora do Observatório dos Movimentos Sociais da UFPE. Artigos publicados no Brasil, Portugal e Espanha. Endereço profissional: Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste. Rodovia BR 104 - Km 62 - Alameda Santa Cruz do Capibaribe (Polo Comercial) Nova Caruaru 55002-970 - Caruaru, PE – Brasil. Telefone +55 (81) 96795952.
E-mail: <allene Lage@yahoo.com.br>.

2 Agradeço à Clarck Melindre e Wagner Rocha pela revisão do texto português e inglês respectivamente.

Introdução

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), um dos movimentos sociais mais fortes e massivos do Brasil, surgiu início da década de 1980, após algumas experiências de ocupação de terra organizadas pela CPT, em apoio à luta de agricultores Sem-Terra. O surgimento do MST veio reocupar os espaços de luta que os movimentos sociais das décadas anteriores haviam iniciado. Para o MST, “a proposta de reforma agrária inclui uma luta contra o latifúndio, o capital, a ignorância e a favor da igualdade entre todos os brasileiros, de uma agricultura de subsistência, da preservação e da recuperação dos recursos naturais.” (www.mst.org.br).

O MST influencia a reorganização dos processos de luta pela reforma agrária, ao consolidar a prática de ações massivas de grande visibilidade para a sociedade ou ainda ações estratégicas que possam chamar a atenção de problemáticas sociais e assim criar caminhos para o debate na sociedade. Assim, as suas estratégias de luta tornam-se referências para outros movimentos sociais do campo e para estudos acadêmicos, que buscam compreender as dinâmicas inovadoras que nascem dentro da luta política, nas várias dimensões de atuação de um movimento social.

A estrutura analítica que sustentará nossas reflexões está ancorada na categoria sociológica fronteiras/margens - enquanto metáfora – para designar espaços transitórios nos quais se gestam novas sociabilidades e experiências de lutas e resistência e onde estão surgindo experiências transgressoras capazes de romper com os consensos hegemônicos. A estrutura analítica está ancorada no quadro teórico Sociologia das Ausências, de Boaventura de Sousa Santos (2003), que permite visibilizar, com maior riqueza sociológica as lutas por emancipação social, rompendo com a idéia de um mundo sem alternativas, dando visibilidade a inúmeras experiências sociais na medida em que contribui para romper a condição de ausência que lhes são impostas.

É dentro deste cenário que este artigo pretende analisar de que modo uma experiência de luta política, dentro de um movimento social, pode contribuir para a formação de novos sujeitos políticos, que, antes isolados e resignados com o seu “destino” de exclusão, recriam-se dentro da luta coletiva, e transformam suas vidas, reconstruindo-se como protagonistas de uma mudança social.

1 Trajetória de luta do MST no Sertão de Sergipe

No Sertão de Sergipe, a luta pela reforma agrária atinge o seu propósito mais legítimo quando procura transformar as estruturas de poder dos latifundiários em possibilidades mais democráticas de poder partilhado com os trabalhadores rurais, desprovidos de

qualquer possibilidade de acederem a terra, para viverem e trabalharem em família. O Sertão foi desde sempre um espaço político de poder das oligarquias, que, desde, o período colonial, têm mantido o sistema de desigualdades sociais e de poderes cabrestos que, relacionados com outros poderes – que vão da esfera local à nacional e, da esfera nacional à internacional -, asseguram seus interesses e privilégios.

Lutar pela mudança dessa estrutura geradora de desigualdade é também lutar pela democratização do Sertão e das suas políticas sociais e econômicas. De fato, a luta pela reforma agrária no Sertão se faz contra os poderes estabelecidos na região, que desde sempre disputam e continuam disputando a dominação política clientelista, aliada à troca de favores e a subserviência. Romper com tudo isto não significa apenas um desafio para diminuir a concentração de terras, mas também para democratizar o poder político em esferas sociais, nas quais a democracia não conseguiu ainda chegar.

Em Sergipe, a primeira ocupação ocorreu na fazenda Barra da Onça, no município Nossa Senhora da Glória, em setembro de 1985, por um grupo de trezentas famílias. Essa ocupação foi uma ação conjunta entre a Comissão Pastoral da Terra (CPT), os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e o MST, que nesta época ainda não tinha uma estrutura de organização definida. Em 1996, o MST, mais organizado, consegue reunir duas mil famílias de pequenos agricultores locais sem terra e realiza a maior ação já ocorrida em Sergipe, ocupando o antigo alojamento da CHESF³.

2 Marcos analíticos para se pensar subjetividades rebeldes

2.1 Fronteiras e Margens

A idéia de fronteiras está intimamente ligada ao surgimento dos Estados nacionais, suas delimitações territoriais e aos seus limites de competência política e coercitiva. Num sentido mais sociológico, a idéia pode estar ligada à de separação de espaços e práticas sociais. Marcando diferenças, distanciamentos, hierarquias e subordinações, a idéia de fronteira ergue-se, não apenas como barreira territorial, mas principalmente como barreira social e econômica, que visa assegurar o controle da contaminação entre os territórios e culturas.

Uma fronteira é um limite entre dois espaços que se organizam em cima de diferentes cenários e grupos sociais, no qual se encontra presente a dicotomia Nós e Eles. Esses limites são fundamentados por diferentes modos de sociabilidades

3 Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco.

políticas, étnicas, morais, lingüísticas e/ou culturais e religiosas que, nas zonas de fronteiras se confrontam com situações de estranhamentos, (in)tolerâncias e reciprocidades, conforme as relações forjadas ao longo da sua instituição. Na fronteira deparamos-nos com o Outro⁴, através de uma relação tão próxima de ser evitada quanto o possível e, numa tensa troca de favores que tornam os limites suportáveis e as convivências necessárias.

Glória Anzaldúa, referência teórica nos estudos e concepções sociológicas sobre fronteiras, concebe que as suas linhas divisórias são fixadas para definir o que são os lugares seguros e os lugares inseguros, para distinguir entre o Nós e o Eles. Uma região fronteiriça é um sítio vago e indeterminado, criado pelo resíduo emocional de uma linha de delimitação não natural. Vive num estado de constante transição e é habitada pelo ilícito e pelo interdito (ANZALDÚA, 1987, p. 3).

Nesse sentido, podemos afirmar que a clandestinidade é, pois, este espaço de resíduo emocional do ser sem pertencer. É, neste espaço de fronteira, onde tudo se faz transitório - e muitas vezes sem o ser -, dentro de uma instabilidade freqüentemente estável onde se forjam formas – precárias, experimentais, vulneráveis – de viver e de ser a própria fronteira. Assim, vão sendo criadas estratégias de sociabilidades que permitem fazer do transitório não-lugar, um lugar de lutas e de derrocadas de fronteiras, mesmo que com isso se ergam outras.

A idéia do Outro, do diferente de Nós, sujeito às mais variadas formas de segregações e hierarquias, tem uma construção equivocada no que toca à idéia de resignação, de aceitação passiva da subalternidade imposta. No Outro, ao contrário do que se faz crer, existem muitas formas de resistência e de lutas. Nesse sentido Boaventura de Sousa Santos (2000) trabalha com a idéia de fronteira como lugar de luta, onde influências mútuas entram em conflito, onde existe um constante jogo de poder e onde as articulações decorrentes destes estão permanentemente a reconstruir inacabados modos de sociabilidades:

A sociabilidade da fronteira é também, em certo sentido, a fronteira da sociabilidade. Daí a sua grande complexidade e precariedade. Está assente em limites, bem como na constante transgressão dos limites. Na fronteira, todos somos, por assim dizer, migrantes indocumentados ou refugiados em busca de asilo. O poder que cada um tem, ou a que está submetido, tende a ser exercido no modo abertura-de-novos-caminhos, mais do que no modo fixação-de-fronteiras. Nas constelações de poder, os diferentes tipos de

4 Santiago Castro-Gomez fala que a intenção de se criar perfis de subjetividade estatalmente coordenados, levou ao fenômeno que denomina por «invenção do Outro». Segundo este autor a “invenção” não se refere somente ao modo como um certo grupo de pessoas representa-se mentalmente as outras, mas sim especificamente aos dispositivos de saber/poder a partir dos quais essas representações são construídas (CASTRO-GOMEZ, 2000).

poder competem entre si para serem activados num modo de alta-tensão, o que torna as constelações instáveis, imprevisíveis e atreitas a explosões, ora destrutivas, ora criativas. O carácter imediato das relações sociais, a vertigem da a-historicidade e a superficialidade das raízes tornam preciosos os laços que é possível estabelecer na fronteira, preciosos justamente pela sua raridade, precariedade e utilidade vital (SANTOS, 2000, p. 351).

Boaventura de Sousa Santos tem razão ao aludir sobre a complexidade e a precariedade dessas sociabilidades e sobre o estado de permanente construção e reconstrução das instáveis e imprevisíveis constelações de poder que, como diz, são atreitas a explosões, ora destrutivas, ora criativas. Se essas condições são propícias a explosões criativas, é possível afirmar que, dentro deste espaço instável, se podem encontrar todas as possibilidades de reinvenção das formas alternativas de sociabilidades que possam culminar em processos diversos de emancipação social ou, pelo menos, em lutas para construir esses processos.

Considerando o fato de que a fronteira encerra em si conceitos, como o de resistência, subversão da hegemonia e de luta, o lugar-fronteira, pela própria condição do estar na fronteira e longe de ser um não-lugar ou um lugar de divisão e separação, é, antes de tudo, um espaço de sociabilidades transgressivas, onde nascem inúmeras experiências de inclusão e de emancipação social. É neste campo onde emergem e ocorrem as lutas da maioria dos movimentos sociais, já que fora destes espaços seus protagonistas vivem o interdito de sua cidadania. Assim, longe de ser um espaço sem diálogos entre o dentro/fora, estranho/familiar e o eu/outro, constitui-se, para os habitantes da fronteira, um espaço de possibilidades de reinvenções partilhadas, de utopias coletivas, mas também de conflitos por vezes até incendiários, que culminam na construção de novas subjetividades e em novos processos de luta.

2.2 Sociologia das Ausências

O quadro teórico da Sociologia das Ausências desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos (Santos 2003), procura demonstrar que aquilo que não existe é, na verdade, ativamente produzido como não existente, como uma alternativa não-credível ao que existe. A questão da não existência incide, então, numa invisibilidade produzida, numa descredibilidade construída, de modo a apontar cenários sem alternativas. Assim, a Sociologia das Ausências é concebida como um novo conhecimento de leitura do mundo, que contempla uma realidade mais ampla, na qual inclui uma diversidade baseada fora do espectro das experiências difundidas e que vai além de uma verdade produzida como universal. Tendo por base estas questões, a Sociologia das Ausências procura “transformar objetos impossíveis em possíveis e, com base neles, transformar as ausências em presenças.” (SANTOS, 2003, p. 743).

Se, por um lado, a diversidade das experiências sociológicas parece ter sido suprimida do rol hegemônico das experiências credíveis, por outro, a arrogante idéia de consenso imposta às sociedades dos países periféricos e semiperiféricos, vem reforçar o argumento de que as propostas neoliberais são as únicas possibilidades credíveis para superar as condições de subdesenvolvimento das sociedades. De fato, há uma estratégia de poder que visa silenciar outras alternativas, de forma a difundir uma percepção de falta de opções ao modelo dominante.

Sucedo, então, uma invisibilidade produzida por uma lente viciada em padrões hegemônicos de sociabilidades e racionalidades, construindo, assim, uma cegueira quase generalizada a tudo o que não é hegemônico. Desse modo, ergue-se uma indiferença social baseada em pressupostos de subalternidades, que torna difícil a percepção social da credibilidade das experiências contra-hegemônicas. É perante esse desafio da invisibilidade imposta, que Boaventura de Sousa Santos concebe a Sociologia das Ausências:

A produção social destas ausências resulta na subtração do mundo e na contração do presente e, portanto, no desperdício da experiência. A sociologia das ausências visa identificar o âmbito dessa subtração e dessa contração de modo a que as experiências produzidas como ausentes sejam libertadas dessas relações de produção e, por essa via, se tornem presentes. Tornar-se presentes significa serem consideradas alternativas às experiências hegemônicas, a sua credibilidade poder ser discutida e argumentada e as suas relações com as experiências hegemônicas poderem ser objecto de disputa política. A sociologia das ausências visa, assim, criar uma carência e transformar a falta da experiência social em desperdício da experiência social. Com isso, cria as condições para ampliar o campo das experiências credíveis neste mundo e neste tempo e, por essa razão, contribui para ampliar o mundo e dilatar o presente. A ampliação do mundo ocorre não só porque aumenta o campo das experiências credíveis existentes, como também porque, com elas, aumentam as possibilidades de experimentação social no futuro. (SANTOS, 2003, p. 746).

Nesta medida, a nova lente disponibilizada pela Sociologia das Ausências, para se olhar a realidade, pode trazer de volta uma grande diversidade de experiências sociais. Se, por um lado, o olhar de subalternidade oculta muitas experiências sociais, por outro, os reflexos deste olhar servem de espelho para que muitas iniciativas ocultadas, negadas e subtraídas despertem, nos seus próprios atores, sentimentos de insuficiência, de vergonha, de fracasso e de culpabilidade.

Por outro lado, há uma grande dificuldade em (re)atribuir significados a essas experiências – restituindo-lhes o seu significado e credibilidade, caso estas se mantenham dentro da estrutura analítica que as expulsou do cenário das alternativas, esvaziando-o. É nesse sentido, que o objeto empírico da Sociologia das Ausências,

segundo Santos, é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma ruptura - estudar ausências por ela mesma produzida -, tanto ao nível sociológico quanto cognitivo (2003, p. 743). Desse modo, a produção de ausência, longe inocente, corrobora para vincar a idéia de um pensamento único que credibiliza apenas aquilo que é alinhado aos objetivos hegemônicos. A não atribuição de credibilidade às realidades sociais, fora da totalidade hegemônica, converge com a idéia de retirar às experiências em curso, o estatuto de alternativa visível e credível.

2.3 Enquadramento da investigação

Esta investigação foi pautada numa perspectiva qualitativa, por entendermos que uma realidade tão complexa quanto a luta pela reforma agrária no Brasil, não poderia ser reduzida a uma perspectiva quantitativa, pois desapareceria muita da riqueza sociológica. Nesse sentido, Deslandes et al. (1994) diz que a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (DESLANDES et al., 1994, p. 21).

Godoy (1995), por sua vez, vê o potencial da pesquisa qualitativa tendo em conta o fato de esta não enumerar ou medir os eventos estudados, nem empregar instrumentos estatísticos na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que se vão definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos, pelo contacto direto do/a investigador/a com a situação estudada (GODOY, 1995, p. 58).

A coleta de dados ocorreu no período de junho e outubro de 2003, no Assentamento Jacaré-Curitiba⁵, no Sertão de Sergipe, e no mês de novembro de 2003, em São Paulo e Brasília – nas duas secretarias nacionais do MST - para conhecer as estratégias e lideranças nacionais. Nesse período foi possível conhecer o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), enquanto um movimento social politizado e que tem como bandeira de luta a Reforma Agrária do Brasil. Para isso, foi necessária uma convivência mais prolongada dentro de um assentamento no Sertão de Sergipe,

5 Originário da Fazenda Alto Bonito onde foram assentadas setecentas famílias, transformando-se no Assentamento Jacaré-Curitiba, local onde desenvolvi o meu trabalho de pesquisa de campo do doutorado – um estudo comparado Brasil e Portugal sobre lutas por Inclusão -, realizado na Universidade de Coimbra. Foi produzido um extenso diário de campo de 950 páginas, sendo 580 páginas sobre o MST e 370 sobre a outra experiência da Associação In Loco em Portugal, realizada de julho à dezembro de 2002. A tese foi concluída em setembro de 2005 e defendida em maio de 2006.

juntamente com uma família Sem-Terra, sendo o Assentamento Jacaré-Curitiba o escolhido, em consenso com a Direção Estadual do MST, em Sergipe.

A idéia de viver dentro de um assentamento, junto com uma família Sem-Terra, era a de me aproximar, o máximo possível, do cotidiano, conhecendo de perto as realizações, os sonhos, as dificuldades e preocupações dos assentados de reforma agrária. Ao todo, foram quase seis meses de intensa vivência com os Sem-Terra⁶ e sua luta pela reforma agrária. Neste sentido, utilizamos a observação participante, baseada essencialmente em observações, conversas informais, entrevistas e também em relatos sobre a história do assentamento vivida por algumas mulheres. No período da investigação no terreno, participei ainda de atos e ações públicos do MST⁷.

3 Construção de territorialidades e identidades

3.1 Territorialidades subalternizadas

Para Haesbaert (2006), o território compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais, o sentido de que as relações sociais são espacial ou geograficamente mediadas, e de que a territorialidade ou a “contextualização territorial” é inerente à condição humana. Acrescenta ainda que, embora muito variável em suas manifestações, o território está presente em todo o processo histórico (HAESBAERT, 2006, p. 78).

De fato, a construção de territórios ou a contextualização territorial, conforme afirma Haesbaert, é resultado de um conjunto de forças sociais que forjam um determinado cenário histórico-espacial de relações entre grupos sociais e entre poderes. No cotidiano do território emerge uma construção social carregada de simbolismos e significados, na qual é possível estabelecer redes de poder, hierarquias e subalternidades impostas.

6 Segundo o MST, Sem-Terra é sempre usado no singular, pois designa uma condição política de luta e não uma condição econômica de ter ou não ter terras. Portanto seguindo esta orientação, neste texto também utilizo esta mesma orientação política contextualizando-os em seus próprios termos.

7 Como as marchas do Dia do Trabalhador Rural, em dia 25 de Julho em Aracaju, do Dia Nacional de Luta das Mulheres do Campo, a 12 de Agosto e da Marcha contra a violência do Governo Estadual para com os Sem-Terra, a de 9 de Setembro, ambas em Canindé do São Francisco. Na passagem por Brasília participei ainda da Marcha Nacional dos Movimentos Sociais do Campo, no dia 20 de Novembro, da qual me integrei no último dia.

Assim, o território é o lugar da história e onde se constrói a historicidade dos sujeitos e das lutas sociais. Tal como afirma Porto Gonçalves, “[...] todo movimento social é portador, em algum grau, de uma nova ordem que, como tal, pressupõe novas posições, novas relações, sempre socialmente instituídas entre lugares.” (PORTO GONÇALVES, 2004, p. 270). Nesse sentido, podemos afirmar a territorialidade construída pelos movimentos sociais é tensa, pois se ergue rompendo com a ordem instituída, na medida em que sua construção pressupõe a idéia de um território diferente, num permanente espaço de conflito e de subversão de ordem, no qual estão vinculadas suas reivindicações e lutas, assim como as articulações com as forças sociais e políticas.

No caso dos Sem-Terra, é no território da luta pela Reforma Agrária que seus integrantes vão se forjando como sujeitos políticos. Constrói, em simultâneo, também uma nova territorialidade, onde o espaço traduz-se numa nova possibilidade de dimensão espacial, política e cultural diferentes daquelas instituídas pelos poderes hegemônicos. Essa nova territorialidade contra-hegemônica rompe com a resignada condição de subalterno, emergindo para um novo estatuto de inconformismo e rebeldia tecido no âmago da luta, pois tal como afirma Porto Gonçalves, “[...] o lugar é, ele mesmo, constituído pelas relações de luta e a sociedade se constitui, constituindo seus lugares.” (PORTO GONÇALVES, 2004, p. 269).

De uma territorialidade subalterna e submissa forjam, no cotidiano da luta, uma outra territorialidade, desta vez rebelde e, por isso mesmo, descredibilizada e subalternizada pelas territorialidades hegemônicas. Não podendo conviver simultaneamente duas territorialidades, principalmente se são contraditórias, parecendo certo afirmarmos que o emergir de uma nova territorialidade conduz ao desaparecimento ou a destruição da anterior, a partir de um processo de desterritorialização, seguido por um de reterritorialização. Assim, a reterritorialização construída pelos Sem-Terra no espaço da luta, forja-se entre as estratégias de lutas e os processos de resistência, na medida em que o novo sujeito político se forma por meio da tensão entre democracia e exclusão social. Essa nova construção político-pedagógica forma não apenas o militante, mas também o ator coletivo, que, organizado, torna-se voz e ação.

3.2 Identidades insubmissas

Antônio Sousa Ribeiro (2001) defende que construir o Outro implica construir a fronteira que dele nos separa – a fronteira começa por ser, antes de mais nada, uma linha imaginária sobre a qual se projeta a noção de diferença e a partir da qual se torna possível a afirmação da identidade (RIBEIRO, 2001, p. 468). De fato, a idéia do Outro levanta uma série de hierarquias vigentes nos mapas mentais da nossa sociedade sobre as suas identidades. O Outro são todas

as categorias ausentes na hegemonia, na qual os maiores eixos de diferenciação negativa são principalmente a classe, a raça, a etnia e o gênero, muitas vezes sobrepostos dentro de uma mesma identidade subalternizada.

Dentro desta acepção, Boaventura de Sousa Santos (1993) afirma que qualquer forma de designar aquele que não é Nós significa distanciar e subordinar. Se assim é, pensamos que todas essas formas são modos vigentes de identificações e demarcações coloniais que, vincadas pelas mesmas lógicas de desigualdade de poder, criam conceitos e pensamentos consolidados sobre o Outro como um subalterno, colocando-o numa esfera social periférica ou marginal. Atreito a essas condições, constrói-se ora como sujeito de uma identidade subalterna, que luta e resiste, ora como sujeito subalternizado. Dentro dessa mesma perspectiva, Santos diz, em uma outra obra, que:

As identidades subalternas são sempre derivadas e correspondem a situações em que o poder de declarar a diferença se combina com o poder para resistir ao poder que a define inferior. Na identidade subalterna, a declaração da diferença é sempre uma tentativa de apropriar uma diferença declarada inferior de modo a reduzir ou a eliminar a sua inferioridade. Sem resistência não há identidade subalterna, há apenas subalternidade. (SANTOS, 2002, p. 46-47).

De fato, a diferença entre uma identificação subalterna e ser subalternizado incide principalmente sobre a diferença entre lutar e resistir, ou resignar-se na inferioridade imposta. Rebelar a passividade acarreta uma ressignificação identitária, que transforma a perspectiva de inferioridade numa perspectiva de poder com capacidade de emancipação e que pode culminar em processos de articulação e organização de novas forças sociais.

O território dessas lutas afirma-se no cotidiano, como um lugar onde são construídos os processos de socialização e articulação entre os indivíduos, forjando personalidades e comportamentos, que se misturam por meio de uma disputa para definir os traços identitários, que darão consistência à idéia de grupo e suas estratégias de resistências e lutas. Segundo Lage (2005), ao se viver o cotidiano da fronteira e das margens, o indivíduo constrói a sua existência, o seu pensamento e as suas marcas identitárias dentro desse território contraditório, temporário e instável. Assim, os lugares sociais ocupados interagem com os múltiplos elementos identitários que coexistem dentro da idéia de espaço fronteiriço, no qual é possível produzir a historicidade de vidas subalternizadas (LAGE, 2005, p. 68).

No que se refere às formas de identificações, Boaventura Sousa Santos (1993a) afirma que, além de plurais, elas são dominadas pela obsessão da

diferença e pela hierarquia das distinções. Quem pergunta sobre sua identidade, questiona as referências hegemônicas, mas, ao fazê-lo, coloca-se na posição de outro e, simultaneamente, numa situação de carência e, por isso, de subordinação (SANTOS, 1993a, p. 11). De acordo com essa perspectiva, quem questiona a sua identidade é quem sente necessidade de afirmá-la, de valorizá-la, de vincá-la e, nestes termos, implica assumir que há um espectro de subalternização em relação à identidade hegemônica e, ao mesmo tempo em que questiona, pode contribuir para recolocá-la num novo estatuto e em novas hierarquias.

Não sendo possível, numa única identidade, contemplar várias identificações, conforme as possibilidades das dimensões do ser humano e das relações em que se encontra, esta projeta-se de modo fragmentado, transformando-se num híbrido cultural, forçando, assim, a que o sujeito assuma várias identificações dentro de um ambiente transitório e instável, como o da fronteira. Assim, forjar identidades híbridas (HALL, 1998) ou mestiças (ANZALDÚA, 1987) constitui-se num ato rebelde de reconstrução de subjetividades humanas, territorializando-as em espaços transitórios, onde a vida se faz luta e inconformismos.

3.3 O território da luta

O acampamento, no âmbito das ações do MST, é um dos mais intensos territórios da luta para a conquista pela terra, pois nele se dá início o processo de aprendizagem coletiva, para um conjunto de pessoas que nunca experimentaram a possibilidade de participar – e de pertencer – a um grupo social. Nesse sentido e perante o desafio da convivência coletiva de ter que aprender a dividir o mesmo espaço, o MST necessita de muita organização.

O acampamento é também o grande momento de partilha da utopia, da luta, da construção de solidariedades e lugar aonde se vai viabilizando a sobrevivência e a resistência em severas condições. Essa concepção acontece dentro de um clima de tensão entre as famílias, que têm a difícil tarefa de planejar a estrutura do assentamento, a localização de cada lote e a respectiva família a que pertence. O MST, nesta fase, trabalha de acordo com sete ações que orientarão toda a dinâmica do projeto do assentamento, quais sejam: o controle político sobre o projeto do assentamento e a divisão da área; o sorteio em grupos de famílias; o processo de titulação; a organização da moradia; a organização dos núcleos de base; a organização da produção e da cooperação agrícola; a formação como método de acompanhamento e qualificação da consciência. Ultrapassadas todas estas fases, o assentamento inicia a execução

do projeto, logo que são liberados os recursos públicos para construção das casas e para a compra das primeiras ferramentas, começando as famílias a se instalar em seus lotes.

4 Processos pedagógicos presentes na luta pela Reforma Agrária

Quando se pensa a educação dentro dos projetos educativos dos movimentos sociais ela adquire dimensões mais amplas, que ultrapassam as fronteiras da leitura e a compreensão dos livros para a leitura e compreensão do mundo, de modo a contribuir para a construção de sujeitos políticos. Segundo Paulo Freire (1996),

[...] é a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. (FREIRE, 1996, p. 51).

Dentro desta pluralidade de contextos e historicidades, expandir as fronteiras convencionais dos projetos educativos até os espaços de luta onde estão atuando os movimentos sociais, cria formas articuladas de espaços nos quais é possível conjugar processos pedagógicos com trajetórias sociais e políticas. Nesse sentido, o projeto político é outro aspecto que permeia qualquer atividade do Movimento e no qual tem trazido significativos avanços para o movimento dos Sem-Terra, a partir da formação de uma consciência política, adquirida tanto nas vivências coletivas, principalmente no período dos acampamentos, como nos processos de formação política ou técnica. Isso resulta na formação de uma identidade revolucionária, na qual se forja um novo sujeito, capaz de confrontar a classe dominante sobre sua própria condição de opressora, por meio da luta pela reforma agrária, que capacita seus sujeitos a questionarem as condições estruturais dos fenômenos sociais que, violentamente, os colocam na condição de oprimidos. Nesse sentido, Paulo Freire diz que:

Quem, melhor que os oprimidos, está preparado para compreender o terrível significado de uma sociedade opressora? Quem sofre os efeitos da opressão com mais intensidade que os oprimidos? Quem com mais clareza que eles pode captar a necessidade da libertação? Os oprimidos não obterão a liberdade por acaso, senão procurando-a em sua práxis e reconhecendo nela que é necessário lutar para consegui-la. (FREIRE, 1979, p. 31).

De fato, enfrentar uma luta para romper sua condição de oprimido pressupõe uma mudança radical no modo de pensar a sociedade e suas possibilidades de

transformação. Exige uma Pedagogia da Revolução⁸, no sentido proposto por João Francisco de Souza (2004), que seja capaz de forjar revolucionários. Segundo um membro do Coletivo da Direção Nacional e um dos fundadores do MST, o que define melhor o que significa ser um Sem-Terra, esse sujeito político diferenciado, é a sua condição de revolucionário. Nesta direção, argumenta:

O cara tem que ter uma característica de revolucionário. Então embora essa revolução, digamos, seja um aspecto mais amplo ainda que pequena, mas você romper com o latifúndio, mudar essa realidade é uma revolução. Um camponês isolado, na medida em que ele vai para um acampamento e se junta com as outras pessoas, ele rompe com um ciclo – e o Gramsci explica um pouco isso - de um consenso de uma visão da elite muito forte, ele rompe com isso. E isso é uma revolução na vida da pessoa, porque ele rompe com tudo o que ele foi na vida, ele entra num outro caminho. (MEMBRO DA DIREÇÃO NACIONAL DO MST, diário de campo: 18/11/2003. In: LAGE, 2005a, p. 894-895).

4.1 Conquista da terra

Conquistar a terra é a primeira motivação que leva milhares de excluídos do campo a aderir à luta pela reforma agrária organizada pelo MST. Se a terra é o bem mais inacessível, que não cabe nem nos sonhos de milhões de brasileiros/as, é a possibilidade concreta de lutar por ela – e conquistá-la – que faz com que o acampamento seja o primeiro espaço de cidadania para essas pessoas. Segundo um membro da Direção Estadual do MST, em Sergipe,

O principal motivo que une é a certeza de que elas não têm outra alternativa. Porque não há outra alternativa, porque não há alternativa de emprego, não há alternativa de... Segundo é que elas enxergam no MST e no acampamento uma possibilidade real de se conseguir um pedaço de chão, uma casa, algum crédito e construir uma vida melhor do que vivia antes. Então hoje esta é a situação, em toda a parte, em todos os Estados, as famílias vêem que dentro de um assentamento, por mais dificuldades que existam, com exceção do problema da seca – e quando a seca atinge aí é muito grave. Mas em todas as regiões, uma família dentro de um assentamento

8 “A ênfase de uma Pedagogia da Revolução é, pois, na perspectiva da hegemonia popular, a produção de um conhecimento unificado ou de uma cultura popular (...) Isso significa que só possível realizar-se a partir do mundo das camadas da classe popular, da compreensão de seus clamores, de suas esperanças, de suas reivindicações, de seus projetos na perspectiva de sua hegemonia. (...) uma Pedagogia da Revolução emerge como um processo de conhecimento/transformação da realidade das camadas da classe trabalhadora pela formação do homem apto à direção desse processo” (Souza, 2004: 354-355).

não passa fome, ela tem alimentação, ela produz, ela consegue viver com dignidade. Ela consegue ter uma escola para os filhos, ela consegue avançar... Então eu acho que o que garante a família a permanecer é a perspectiva real de que ela vai melhorar de vida. (MEMBRO DA DIREÇÃO ESTADUAL DO MST DE SERGIPE, diário de campo: 30/09/2003. In: LAGE, 2005a, p. 652-653).

De fato, nas várias conversas que tive com os Sem-Terra do Assentamento Jacaré-Curitiba, Sertão de Sergipe, duas idéias estiveram sempre presentes no discurso dos assentados. A primeira era a de que ser Sem-Terra era a única alternativa e possibilidade de mudar sua condição social e, a outra, que essa possibilidade era a porta para conquistarem direitos e dignidade enquanto seres humanos:

Então foi através dessa luta, através dessa conquista que eu pude realmente resgatar a dignidade da minha família, a dignidade de poder comer 3 vezes ao dia, de poder ter uma casa... Falar é uma coisa muito difícil para dizer realmente o que é essa conquista, não sei dizer realmente o que é essa conquista, é preciso viver para poder entender completamente o que significa conquistar um pedaço de terra para viver, é como conquistar a dignidade.

Quem poderia imaginar que eu iria possuir um pedaço de terra, que vai ser irrigada e um lote para eu tirar o meu sustento, uma casa, uma casa boa como é a minha, poder ter terminado os meus estudos e estou sonhando no ano que vem ir para a faculdade, isso foi uma conquista muito grande, é difícil de dizer o tamanho dela. (ASSENTADA DO JACARÉ-CURITUBA, diário de campo: 09/10/2003. In: LAGE, 2005a, p. 751).

Se a conquista da terra é o primeiro patamar dos sonhos, as conquistas decorrentes - visíveis ou invisíveis - forjam a demorada caminhada da inclusão social. E é precisamente a idéia de que a terra é o primeiro passo e de que só ela não garantirá a sobrevivência da família, que leva as pessoas, depois de assentadas a manterem-se ligadas ao MST. Essa vinculação tem também um aspecto de afirmação de uma nova identidade, uma identidade guerreira, no sentido da luta política pela terra, que se transforma no processo pedagógico de formação de um novo sujeito, um sujeito histórico.

Para nós Sem-Terra, a terra não significa somente terra. Significa muito mais... Significa a nossa luta. Vamos deixar para nossos filhos mais que terra, vamos deixar uma história por trás de cada palmo de terra. Vamos deixar terra com história. (ASSENTADA DO JACARÉ-CURITUBA, diário de campo: 29/06/2003. In: LAGE, 2005a p. 380).

4.2 Transversalidade da formação política

Lutar por um novo projeto político pressupõe, antes de tudo, lutar pela formação de novos sujeitos políticos, capazes de refletir sobre as suas lutas, questionar os processos geradores de desigualdades e exclusões sociais e inseri-los dentro de um movimento maior de transformação da sociedade. No caso dos Sem-Terra e da sua luta pela reforma agrária, a formação desse novo sujeito, o Sem-Terra, dá-se também por meio de processos políticos inerentes ao cotidiano da luta pela reforma agrária:

As formas de luta são um processo de formação também. Eu acho que não existe luta sem formação política e no nosso caso por uma reforma agrária para uma sociedade melhor. Acho que todo o processo de luta que a gente faz é uma formação política. (ASSENTADA, MEMBRO DO COLETIVO ESTADUAL DE FORMAÇÃO EM SERGIPE, diário de campo: 26/09/2004. In: LAGE, 2005a, p. 614).

Para Bogo (2001), um dos principais pensadores do MST, os métodos de formação são os mais diversificados possíveis e devem procurar vincular e articular três elementos pedagógicos: estudo, trabalho produtivo e trabalho de base. Acrescenta ainda que eles deverão ser massivos, no sentido de atingir um grande número de pessoas em determinado período e nos diferentes níveis, para apressar a multiplicação de militantes e quadros; deve ser completos, no sentido de não se limitar à teoria, mas a todos os outros aspectos da organização, como a disciplina, o trabalho produtivo, o companheirismo e permanente no sentido de possibilitar diariamente a realização do trabalho de formação, para que ela produza efeitos no indivíduo (BOGO, 2001, p. 109-110).

A abrangência do MST e de sua luta, traduzida em seus inúmeros assentamentos e acampamentos, exige a criação de uma estrutura de formação política descentralizada, dentro de uma unidade ideológica. Quando se verificam os conteúdos das formações, inclusive os mais técnicos, percebe-se logo sua importância enquanto projeto político-pedagógico de formação da consciência, dentro de um projeto maior de educação:

Não adianta se pegar e alfabetizar e educar a pessoa, apenas ensinar a escrever, tem que ensinar a escrever e tem que ensinar como funciona a sociedade, para as pessoas terem uma noção como funcionam as coisas na sociedade, como é que o Movimento funciona, o que é que está em disputa e o que é que está em questão hoje na sociedade. Então não adianta apenas dar só a formação técnica, ensinar como é que a alface chegou na mesa. Se a produção não tiver essa componente da formação política... Então ou faz isso ou o Movimento não sobrevive. Então isso tem que passar todas as actividades do MST, desde a mais pequenininha da base até tudo

o que o Movimento Sem-Terra faz, se não tiver essa componente o Movimento não se sustenta. Senão acaba sendo uma coisa muito fazer por fazer, uma coisa muito frouxa. As pessoas têm que entender que ao dominar a técnica essa técnica tem que sair dentro da mudança da sociedade. (MEMBRO DA DIREÇÃO NACIONAL DO MST, diário de campo: 13/11/2004).

Desde os cursos mais técnicos – teóricos ou práticos – até aos mais políticos, desde encontros locais até aos nacionais, a formação política é parte integrante do escopo formação como um todo. Isto abre um leque, de possibilidades no sentido de se construir uma formação política continuada para os militantes:

Mas a formação do MST não acontece só com estes cursos que a gente faz. Participar de uma mobilização, de uma ocupação... A gente acha que a formação deve acontecer na prática. Quando você vai para dentro de um acampamento, você que é um indivíduo só, que mora em determinada localidade, quando vai para um acampamento, o próprio acampamento se torna um processo de formação. As lutas do MST, as marchas, as mobilizações, as viagens que a gente faz, tudo contribui para a formação. Então o sector é para cuidar dessa parte mais prática da formação.

A nossa formação tem uma relação concreta com a realidade. Tem a prática, a pessoas vem para a ocupação da terra e aí tem toda a prática política. Depois vem a teoria, tem os cursos, a pessoa estuda e depois volta para a prática novamente. Então há essa relação constante, teoria, prática, teoria. (MEMBRO DO COLETIVO ESTADUAL DE FORMAÇÃO EM SERGIPE, DIÁRIO DE CAMPO: 26/09/2004. In: LAGE, 2005a: 610).

De fato, nem todos os assentados e acampados passam por um processo de formação política formal, mas o fato de se terem organizado para a ocupação, terem vivido no acampamento e participado das várias ações e mobilizações do Movimento, a aprendizagem política, torna-se uma prática, quase inesquecível para a maioria dos Sem-Terra e com uma perspectiva forte de realidade.

4.3 Mística e os símbolos

Mística, é outra palavra muito utilizada pelos Sem-Terra. Traz intrínseco um conjunto de significados que vai muito além da perspectiva religiosa, geralmente atribuída a este termo. A mística parece ser o sentimento que une as pessoas em prol de uma causa comum e na vontade ativa de construir um caminho coletivo, que leve uma melhor condição de vida a todos os Sem-Terra. A mística pode ser também entendida pela vertente da solidariedade e da fraternidade, que os fazem

partilhar da mesma luta, colocando-os num novo patamar de dignidade nunca experimentado pela grande maioria dos Sem-Terra; a mística é este novo que ocupa a possibilidade um futuro viável:

Poderíamos utilizar outras palavras para definir a animação, a persistência, o gosto pela luta e a permanência nela, apesar das dificuldades. Mas nenhuma delas teria a amplitude e o alcance que têm a definição da palavra mística. A mística para os Sem-Terra é mais do que uma palavra ou um conceito. É uma condição de vida que se estrutura através das relações entre as pessoas e as coisas no mundo material. Entre idéias e utopia no mundo ideal. Nesta combinação surge o que se caracteriza como “mistério” ou o “inexplicável”; porém entendível e compreensível, que se apresenta como identidade desta organização de povo também em construção. (MST, 2001, p. 227).

De fato, a mística tão concreta entre os Sem-Terra e difícil de ser traduzida para o mundo moderno, despolitizado e empobrecido de utopias e mitos revolucionários, parece ser a força propulsora que anima e gera a energia suficiente para os milhões de excluídos do campo se organizarem e acreditarem que a utopia de uma nova sociedade é possível. Neste sentido, Bogo (2002) diz que é no entusiasmo pela busca do novo que se move e se desenvolve a mística. A mística Ela é, portanto, algo que se move. Nos mais sensíveis, aparece como reflexo daquilo que faz e sente. A cada passo revela pedaços da verdade que se esconde por inteiro nas dobras do desconhecido (BOGO, 2002, 22-23).

Se a mística é este novo que se move e nele se amplia, ela traz consigo elementos agregadores que mobiliza e apaixona todos aqueles que estão na luta pela terra, construindo uma forte vinculação e um sentimento de pertença à luta e ao Movimento, sendo muito difícil de contrapor com argumentos puramente racionais. Para Leonardo Boff,

A mística não é pois privilégio de alguns bem-aventurados, mas é uma dimensão da vida humana, à qual todos têm acesso, quando descem a um nível mais profundo de si mesmo, quando captam o outro lado das coisas e quando se sensibilizam diante da riqueza do outro e da generosidade, complexidade e harmonia do universo. Todos somos pois, num certo nível, místicos. (BOFF, 1998, p. 29).

Se assim é, trabalhar com a idéia de mística, tal como argumenta Leonardo Boff, pode ser entendido não como um mistério externo que vem de fora e introjeta no ser humano comportamento e idéias, mas, sim, a busca e o conhecimento profundo de si mesmo e do encontro das possibilidades presentes na dimensão humana. É este encontro em si mesmo e no e com o outro, que torna a mística algo “concreto” e presente em todas as falas e vivências dos Sem-Terra. De fato, a cada encontro ou

ação, seja um simples ato, ou uma longa marcha, ou apenas uma reunião, a mística, ora apresentada por meio de uma poesia, um gesto, de um grito, contribui para estabelecer em cada passo um vínculo ideológico e reflexivo nas pessoas envolvidas no ato:

A mística além de ajudar a perder o medo da morte, deve ajudar a perder o medo da lei e das estruturas de poder. Na grande maioria das vezes, os grupos sociais oprimidos são obrigados a apelar para a desobediência para dizer que existem. Ao contrário do que faz a ordem estabelecida, além de ignorá-los, ainda os declara como indigentes sem identidade própria. Na medida que desobedecem, aparecem com nome e identidade, coletiva e individual, nos processos movidos pelos promotores públicos e magistrados. (BOGO, 2002, p. 69).

Outro aspecto forte na construção da subjetividade dos Sem-Terra são os símbolos. Se, para eles, a utopia é um país sem latifúndios, numa sociedade onde homens e mulheres têm os mesmos direitos, inclusive para uma vida digna no campo, os seus símbolos procuram representar, com cores e sons, essa perspectiva, dando vida a esta imagem de uma nova sociedade:

A luta não se resume em força e inteligência apenas, mas com elas se misturam sentimentos, vontades, paixões, crenças, melodias, superstições e uma infinidade de elementos que obrigam uma organização social tratar com muita sinceridade, se quiser alcançar vitórias políticas com desenvolvimento cultural. Nos símbolos congregam-se estes elementos. O símbolo se compõe de realidades concretas, não importa de que ordem. O símbolo só é símbolo quando se revestir de sentido dinâmico e não estático ou dogmático. (BOGO, 2002, p. 126).

De fato, ao se olhar para a bandeira do MST, a imagem que está em primeiro plano é, sem dúvida, a representação da mulher e do homem do campo, seguidos de seu instrumento de trabalho. Essa imagem reflete os sujeitos de luta que, por sua vez, converge para o sentimento de pertença na identidade Sem-Terra. Nesta medida, os símbolos do MST são largamente aceitos e assumidos como parte da sua própria identidade. Enxergam-se e identificam-se através dos símbolos.

5 Conclusões

A discussão que empreendemos sobre fronteiras/margens teve o propósito de contribuir com uma percepção mais fluída e menos dicotômica sobre os territórios de luta pela reforma agrária. Com isso, pretendemos apontar que essas lutas ocorrem nos espaços de margens, apesar de não se tratar de uma luta marginal. O sentido da fronteira,

enquanto metáfora, nos ajudou a pensar que ora estas lutas ocorrem em condições mais favoráveis, ora mais desfavoráveis, conforme o jogo político da mobilidade das fronteiras. Contudo, apesar destes cenários móveis, a luta não deixa de existir.

A reflexão da Sociologia das Ausências nos levou a pensar na produção de ausências que invisibiliza lutas e atores sociais, criando uma aparente resignação sobre o lugar social destinando a cada grupo e a cada luta, e uma falsa crença que de o mundo está em ordem e toda sociedade é inevitavelmente constituída de incluídos e excluídos. Neste sentido, a Sociologia das Ausências nos ajuda a romper a invisibilidade e perceber que a violência estrutural e difusa que a nossa sociedade sofre e que se expressa nas imensas desigualdades sociais, não são fenômenos isolados e inevitáveis, e sim parte de um mundo defeituoso, de um mundo equivocado em algum aspecto fundamental, para usar as palavras de Holloway (2004, p. 10). Romper esta ausência contribui para credibilizar e visibilizar as inúmeras lutas que ocorrem contra este mundo equivocado, mas que estão mudando o cenário de direitos em várias partes do mundo.

O Movimento dos Sem-Terra, desde os primeiros dias de organização no Sertão de Sergipe, procurou constituir-se num projeto de luta pela reforma agrária que pudesse transformar a condição social dos/as agricultores/as do Sertão de Sergipe, ao mesmo tempo em que culminasse com o desenvolvimento das pessoas envolvidas em seus processos. Procurou também responder ao drama que afetava a vida destas pessoas, a partir do ingresso na luta social. Nesse sentido, o MST no Sertão de Sergipe, tem tido um papel importante na região, enquanto ator social que luta pela democratização do campo, na medida em que organiza a luta contra o latifúndio, contra a concentração de terras.

A luta pela reforma agrária tornou-se um processo inclusivo e formativo, capaz de transformar a sociedade e as pessoas através de uma pedagogia própria, que amalgama teoria e prática, militância e intencionalidade, fazendo do MST, também, um sujeito pedagógico, tal como fala Caldart (1999) ao afirmar que “olhar para a formação dos Sem-Terra é enxergar o MST também como um sujeito pedagógico, ou seja, como uma coletividade em movimento que é educativa e que atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que a constituem (CALDART, 2000, p. 1999).

Despertar as capacidades de lutas latentes em todos os seres humanos, mas freqüentemente adormecidas por processos de opressão e exclusão, que retiram essas possibilidades do imaginário das pessoas, requer processos político-pedagógicos que despertem novos sujeitos, ao mesmo tempo em que dá visibilidade às contradições das sociedades atuais, tornando possível perceber as possibilidades de transformação. Nesse sentido, os elementos subjetivos presentes na construção destes novos sujeitos e de seus novos territórios, emergem dentro da própria vivência da luta, que é um processo muito intenso e de transformação radical, no qual estão presentes muitos

elementos como a militância, a utilização de símbolos, a mobilização política, o enfrentamento do cotidiano dos acampamentos, a construção de um sonho partilhado lutado coletivamente, representado pela conquista da terra.

Nesse sentido, o processo de luta pela Terra é sem dúvida um processo formativo aonde as pessoas vão se descobrindo seres humanos, vão se construindo sujeitos de direitos, a partir da luta pela sua própria cidadania. No caso do MST, esse despertar de novos sujeitos passa, necessariamente, por ações continuadas de formação e ação política, com o propósito de potencializar a militância dos seus integrantes, formando não apenas no nível das lideranças, mas em todos os níveis dentro do Movimento, numa perspectiva multiplicadora. Nessa direção, o processo de tomada de consciência contribui para quebrar as formas de alienação e isolamento, permitindo a superação do sentimento de opressão e de subalternidade e a criação de uma fortaleza interna, que induz o sujeito a acreditar nas suas possibilidades transformadoras por eles mesmos protagonizados.

Tudo isso se traduz na construção de uma nova territorialidade e de uma nova identidade, ambas transgressoras, na medida em rompem com a resignação e forjam novas convicções e certezas mais democráticas, com capacidade de diálogo e ação. A historicidade construída durante a luta pela reforma agrária, tanto do território quando dos sujeitos, transforma a trajetória de ambos em novos marcos políticos, na medida em que seus protagonistas podem se enxergar como sujeitos de novos (mas antigos) direitos. Por fim, a luta pela reforma agrária no Brasil, protagonizada pelo MST, não se resume apenas à conquista terra, mas na humanização de seus integrantes, alcançada por processos pedagógicos que dão conta da construção de subjetividades rebeldes, conscientes de que são capazes de transformam quotidianos de exclusão em quotidianos de luta e emancipação.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands: the new mestiza**. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987, 203p. ISBN 1-879960-12-5.

BOFF, L. Alimentar nossa mística. In: MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (Org.). **Mística** - uma necessidade no trabalho popular e organizativo. São Paulo: MST, 1998, p. 20-46. (Caderno de Formação n. 27).

BOGO, Ademar. **O vigor da mística**. São Paulo: ANCA/MST, 2002, 189p. (Caderno de Cultura n. 2).

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra**: escola é mais que escola. Petrópolis: Vozes, 2000, 276p. ISBN 85.326.2297-6.

CASTRO-GOMEZ, Santiago. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la “invención del otro”. In: LANDER, Edgardo (Coord.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas.** Colima, México: Centro Nacional e Discos Compactos. Cd Clasco 2000/2001 ISBN 987-1183-24-0.

DESLANDES, Suely Ferreira. et al. (1994), **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1994, 80 p. ISBN 85-326-1145-1.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Gênese e desenvolvimento do MST.** São Paulo: MST, 1998, 63 p. (Caderno de Formação, n. 30).

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1979, 102p.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, 158p.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas - RAE**, 1995, v. 35, n. 2, mar./abr. p. 57-63. ISSN 0034-7590.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 400p. ISBN 85-286-1061-6.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998, 104 p. ISBN 85-7490-336-1.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder.** São Paulo: Viramundo, 2003, 330p. ISBN 85-87767-11-9.

LAGE, Allene Carvalho. **Lutas por Inclusão nas Margens do Atlântico: um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem-Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal.** Volume I – Dissertação de Doutorado. Orientador: Boaventura de Sousa Santos. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia, programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2005.

LAGE, Allene Carvalho. **Lutas por Inclusão nas Margens do Atlântico: um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem-Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal.** Volume II – Diários do Trabalho Empírico. Orientador: Boaventura de Sousa Santos. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia, programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2005a.

MST. **Construindo o caminho.** São Paulo: Secretaria Nacional – MST, 2001, 247 p.

PORTO GONÇALVES, Carlos W. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimento sociais na América Latina. In: SEOANE, José (Org.). **Movimientos sociales y conflicto en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2004, p. 261-271. ISBN 950-9231-92-4.

RIBEIRO, António Sousa. A retórica dos limites. Notas sobre o conceito da fronteira. In: Boaventura de Sousa Santos (Org.). **Globalização: Fatalidade ou Utopia?**. Porto: Afrontamento, 2001, p.463-488. ISBN 972-36-0569-4.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Descobrimientos e Encobrimientos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 1993, n. 38, dezembro, p. 5-10. ISSN 0254-1106.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 1993a, n. 38, dezembro, p. 11-37. ISSN 0254-1106.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: Para um novo senso comum: A ciência, o direito e a política na transição paradigmática. v. 1. São Paulo: Cortez, 2000. 415 p. ISBN 85-249-0738-X.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban. In: RAMALHO, Maria Irene e RIBEIRO, António Sousa (Org.). **Entre ser e estar**: raízes, percursos e discursos da identidade. Coleção: A sociedade portuguesa perante os desafios da globalização. Porto: Edições Afrontamento, 2002, p. 23-85. ISBN 972-36-0576-7.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: Um discurso sobre as ciências revisitado. Porto: Afrontamento (2003), 775 p. ISBN 972-36-0688-7.

SOUZA, João Francisco. **Pedagogia da Revolução**. Recife: Bagaço, 2004, 462p. ISBN 85-7409-875-2.

Sítios da Internet:

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 12 jan. 2008.

Data de recebimento: 13/05/2005.

Data de aceite: 29/05/2008.